



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RtPaut no RECURSO ESPECIAL Nº 1279384 - DF (2011/0165564-2)

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**REQUERENTE :** TIM CELULAR S.A  
**ADVOGADOS :** CRISTIANO CARLOS KOZAN E OUTRO(S) - SP183335  
FERNANDA LOPES CORRÊA E OUTRO(S) - DF037357  
NAYARA RIBEIRO SILVA E OUTRO(S) - DF046074  
**REQUERIDO :** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA DA CIDADANIA E DO  
CONSUMIDOR  
**ADVOGADO :** PEDRO BANNWART COSTA E OUTRO(S) - DF026798

### DESPACHO

#### Vistos.

Fls. 1.962/1.963e – Trata-se de manifestação de oposição ao julgamento virtual dos Embargos de Declaração de fls. 1.926/1.956e, apresentada por **TIM CELULAR S.A**, sob o fundamento de que "é de suma relevância (legalidade da sistemática de fixação de prazo para a fruição dos créditos inseridos nos celulares pré-pagos) e já se encontra pacificado perante esse C. STJ (REsp nº 806304/RS e REsp nº 1222916/PR)".

Nos termos do art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição o ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159 da mesma norma.

Por sua vez, o art. 184-E do RISTJ disciplina que a manifestação de oposição ao julgamento virtual dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico. Findo tal prazo, será liberada, de maneira automática, a consulta ao relatório e voto do relator aos Ministros integrantes do respectivo Órgão Julgador, que decidirão, no prazo de 7 (sete) dias corridos, os processos incluídos na sessão de julgamento eletrônico.

Depreende-se da sistemática acima prevista, que o julgamento em sessão virtual proporciona aos membros dos órgãos colegiados amplo intervalo de tempo para análise do feito e tomada de decisão.

Além disso, ausente prejuízo aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que, na forma do art. 184-A, parágrafo único, do RISTJ, somente são passíveis de apreciação nas sessões virtuais Embargos de Declaração, Agravo Interno

e Agravo Regimental, recursos que, em regra, não permitem a realização de sustentação oral e, ainda, porque no período de julgamento do feito poderão as partes apresentar memoriais.

No caso em exame, verifico que não existe fundamento apto a embasar o pedido, tendo em vista que as alegações apresentadas na manifestação de oposição não trazem qualquer especificidade suficiente a lastrear o afastamento da sistemática de julgamento virtual.

Posto isso, **INDEFIRO** o pedido.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

**REGINA HELENA COSTA**

Relatora